

CEARÁ **VELOZ** 1.0



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DA FAZENDA
SECRETARIA DA CULTURA
SECRETARIA DO TURISMO
SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Fortaleza, 2021
(Republicação)



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

SECRETARIA DA CULTURA

SECRETARIA DO TURISMO

SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)

Cesar Augusto Ribeiro – Secretário

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Francisco de Queiroz Maia Junior - Secretário

SECRETARIA DA FAZENDA (SEFAZ)

Mauro Filho - Secretário

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)

Inácio Arruda – Secretário

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)

Josbertini Virgínio Clementino - Secretário

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

Antônio Idilvan de Lima Alencar - Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Barreto - Diretor Geral

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. (ADECE)

Nicolle Barbosa- Presidente

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ S.A. (CODECE)

Paulo César Feitosa - Presidente

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A (CIPP S.A)

Danilo Serpa - *Presidente*

ZONA DE PROCESSAMENTO E EXPORTAÇÃO (ZPE CEARÁ)

Mário Lima - *Presidente*

ENTIDADES APOIADORAS

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FAEC

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA DO CEARÁ - FACIC

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - FECOMÉRCIO-CE

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO CEARÁ-
SEBRAE-CE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGD	Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário
CGE	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
GABGOV	Gabinete do Governador
PGE	Procuradoria Geral do Estado
SEAPA	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura
SECITECE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
SECULT	Secretaria da Cultura
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEINFRA	Secretaria da Infraestrutura
SEJUS	Secretaria da Justiça e Cidadania
SESA	Secretaria da Saúde
SSPDS	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
SCIDADES	Secretaria das Cidades
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico
SESPORTE	Secretaria do Esporte
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SETUR	Secretaria do Turismo
SRH	Secretaria dos Recursos Hídricos
SPD	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
2. UM NOVO CEARÁ: INOVADOR, COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL.....	12
3. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA UMA ECONOMIA MAIS COMPETITIVA, INOVADORA E SUSTENTÁVEL	23
3.1 Simplificação e Desburocratização.....	27
3.2 Infraestrutura Econômica	29
3.3 Infraestrutura Social	31
3.4 Economia do Conhecimento e Inovação	33
3.5 Oportunidades de Negócios	34
4. COMENTÁRIOS FINAIS.....	38

APRESENTAÇÃO

Este Documento contempla as principais medidas inseridas no ***Plano de Ações para Acelerar o Crescimento da Economia Cearense***, disponível no endereço eletrônico do Governo do Estado, onde estão discriminados todos os investimentos governamentais para o biênio 2017 e 2018, representando uma alocação de quase R\$ 9 bilhões, bem como outras medidas, visando criar um ambiente mais propício para acelerar o crescimento econômico, elevar a renda e emprego, proporcionando mais oportunidades e contínua melhoria na qualidade de vida dos cearenses.

A motivação para lançar essas medidas está associada à nossa visão mais otimista quanto às possibilidades de o Estado superar o atual quadro de recessão econômica que atinge o País, implementando ações que estimularão o investimento e elevarão a renda e o emprego, proporcionando mais oportunidades de negócios para os setores que contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado.

Nossa estratégia foi reunir as ações que estão sendo empreendidas pelas Secretarias de Estado, selecionando aquelas mais eficazes para impulsionar, em curto prazo, o crescimento da economia cearense, bem como realocar recursos para viabilizar a retomada de ações que eventualmente não estão sendo executadas por limitações de financiamento. Ao mesmo tempo, empreendemos uma ampla articulação com o setor produtivo do Estado, assumindo o compromisso de sistematizar suas principais demandas e procurar atendê-las no âmbito das diversas Secretarias estaduais, de modo a eliminar eventuais obstáculos à expansão dos investimentos privados.

A iniciativa para implementação dessas ações de estímulo ao crescimento econômico tem um eixo predominante que se assenta na percepção quanto à capacidade do poder público em atuar direta e indiretamente para promover o crescimento econômico. Assim, nossas expectativas são de que a injeção de R\$ 8,7 bilhões de investimentos públicos na economia, no biênio 2017-2018, possa gerar 524,6 mil novos postos de trabalho, formais e informais, agregando uma massa salarial de R\$ 2,6 bilhões na economia cearense e um adicional de tributos de R\$ 1,8 bilhão, oriundos das arrecadações de COFINS, ICMS, Imposto de Importação, PIS/PASEP, IPI, CSSL, IRPJ e outros pagamentos que incidem sobre a produção. Vale ressaltar que esses impactos referem-se aos efeitos multiplicados dos investimentos em todas as atividades inseridas nas cadeias produtivas afetadas, podendo, portanto, se estender por um período bem maior do que o biênio 2017-2018.

Enfim, nosso objetivo ao divulgar as ações mais relevantes do Plano, é dar visibilidade para toda a sociedade desse esforço espontâneo do Governo do Estado, além de tornar disponível para a população este trabalho que poderá servir de instrumento para acompanhar e exigir o nosso compromisso para acelerar o crescimento econômico, ampliando as possibilidades de emprego e renda para toda a população.

CAMILO SANTANA
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As ações discriminadas no *Plano de Ações para Acelerar o Crescimento da Economia Cearense*, estão sendo implementadas dentro da perspectiva de promover investimentos e melhorar o ambiente de negócios no Estado, estimulando a expansão do emprego e da renda na economia. Essa iniciativa teve início em abril deste ano, quando ficou decidido o encaminhamento de ofícios às Secretarias de Estado, bem como às entidades representativas do setor produtivo privado, como Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará (FECOMÉRCIO), Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará e Sebrae-CE, informando sobre a decisão do Governo do Estado de elaborar um Plano de Ações, contemplando medidas de impacto para a retomada do crescimento econômico no horizonte de curto prazo.

Após essa divulgação, foi realizada, ainda em abril, uma reunião de sensibilização com todas as entidades mencionadas, para mostrar a importância da articulação dos setores público e privado, com vistas à retomada do crescimento da economia cearense. Nessa ocasião, foram solicitadas ao setor empresarial sugestões de ações governamentais que pudessem impulsionar os investimentos privados, as quais seriam analisadas para se identificar a viabilidade de serem incorporadas ao Plano. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE coletou e compilou essas demandas direcionadas ao poder público, sendo selecionadas aquelas que se enquadravam dentro dos critérios estabelecidos pelas equipes técnicas da SDE e SEPLAG. A análise de viabilidade das demandas apresentadas levou em conta os seguintes aspectos:

- horizonte temporal, sendo priorizadas as de curto prazo;
- estar no âmbito do Poder Executivo Estadual e, ou, com parcerias institucionais estabelecidas; e
- viabilidade técnico-financeira.

Uma vez realizada a análise de viabilidade, a demanda foi inserida no rol das medidas a serem executadas, com a identificação do órgão público responsável, o montante de recursos envolvidos

e, o mais importante, o compromisso do Governo do Ceará perante o setor privado, para a consecução das ações sugeridas.

Além desse grupo de medidas formado pelas ações públicas sugeridas pelas entidades privadas já mencionadas, o Plano contempla também ações estratégicas para o crescimento econômico, previstas no Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP), bem como várias iniciativas de natureza regulatória para melhorar o ambiente de negócios.

Para a melhor orientação das políticas públicas, o Plano considerou os Eixos Estratégicos definidos conforme o Plano de Governo "Os Sete Cearás", os quais estão associados aos seguintes temas: **Ceará Acolhedor; Ceará de Oportunidades; Ceará Sustentável; Ceará do Conhecimento; Ceará Saudável; Ceará Pacífico; e Ceará da Gestão Democrática por Resultados.**

Com base em cada um desses eixos, a abordagem adotada propõe uma ação governamental orientada pelo estímulo aos vários componentes da demanda agregada (Consumo, Investimento Público e Privado, Gastos do Governo e Setor Externo) da economia cearense. São esses agregados econômicos, os principais vetores capazes de influenciar o crescimento econômico.

A par da importância de todos esses componentes da demanda agregada, o ***Plano de Ações para Acelerar o Crescimento da Economia Cearense***, vai exigir maior eficiência na alocação dos recursos públicos na economia, de maneira a influenciar mais fortemente todas essas variáveis acima mencionadas. O objetivo é estimular o crescimento do PIB cearense em 2017 e 2018, melhorando a remuneração do trabalhador e do empresário e as receitas do Governo. Com a maior capitalização dos empresários, a elevação do padrão de vida da população e o crescimento da receita pública, estão sendo criadas as condições para que o Ceará experimente um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

2. UM NOVO CEARÁ: INOVADOR, COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL

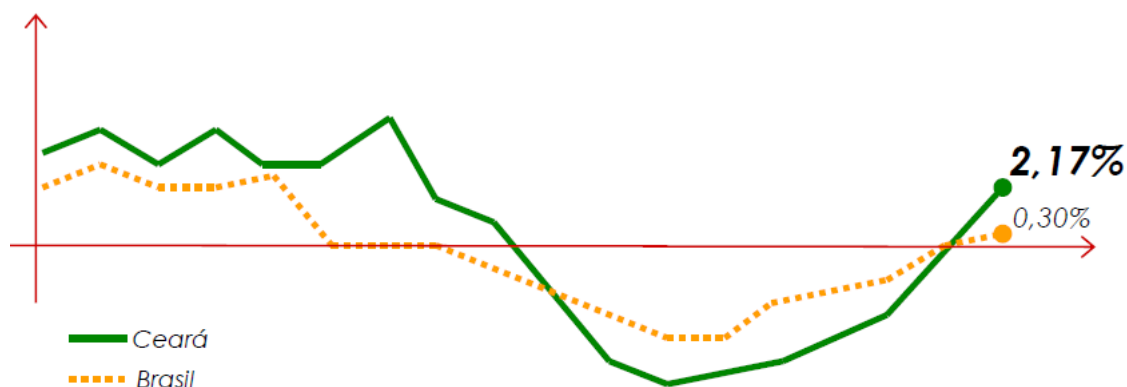
As ações aqui elencadas são de curto prazo e se destinam a criar condições que possibilitem a criação de um ambiente econômico que incentive a inovação, o empreendedorismo e seja sustentável.

Para proporcionar um melhor ambiente de negócios é preciso adotar ações estruturadoras da economia cearense criando novos vetores de transformação econômica, social, ambiental e institucional. Muitas dessas ações têm um caráter de longo prazo, enquanto outras repercutem mais facilmente no curto prazo, atuando para melhorar o ambiente de negócios e fortalecer os setores produtivos, proporcionando, conseqüentemente, a expansão das oportunidades de negócios, com atração de novos investimentos e crescimento econômico.

Convém ressaltar que as taxas de crescimento da economia cearense apresentam-se, em média, acima da evolução das taxas da economia nacional, conforme Gráfico 01.

Gráfico 01: Evolução do PIB Trimestral Ceará e Brasil (%) -2013.1-2017.2

(Em relação a igual período do ano anterior):

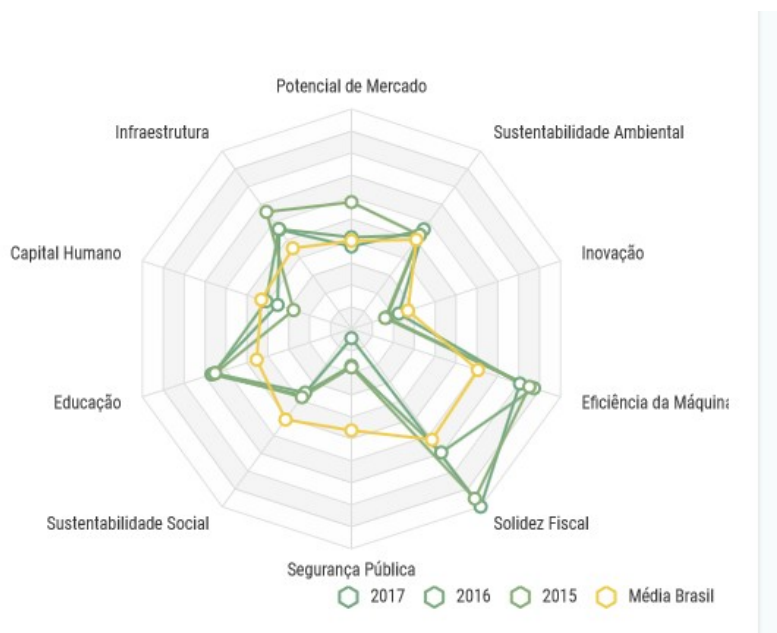


Um importante instrumento para avaliar o ambiente de negócios e a competitividade dos Estados brasileiros é o *Ranking* de Competitividade dos Estados¹ que é uma ferramenta que busca pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade dos seus estados.

Esse ranking avalia a competitividade dos Estados brasileiros a partir da análise do conjunto de 10 pilares principais: Potencial de Mercado; Infraestrutura; Capital Humano; Educação; Sustentabilidade Social; Segurança Pública; Sustentabilidade Fiscal; Eficiência da Máquina Pública; Inovação; Sustentabilidade Ambiental. Portanto, fornece uma visão sistêmica da competitividade dos Estados e, conseqüentemente, serve como valiosa ferramenta para medir a evolução do ambiente de negócios e da competitividade.

Segundo o Ranking de Competitividade dos Estados, um ambiente competitivo deve constantemente atentar para as variáveis acima elencadas. O Ceará, por exemplo, se destaca, em comparação com a média nacional, nos pilares de Solidez Fiscal, da Eficiência da Máquina Pública, da Infraestrutura, da Educação e o Potencial do Mercado, conforme apresentado na Figura 01, abaixo.

Figura 1: NOTAS POR PILARES CEARÁ X BRASIL



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados, 2017

Figura 2: NOTA GERAL NO RANKING

¹<http://www.rankingdecompetitividade.org.br/ranking/2016/geral>

NOTA GERAL (2017)



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados, 2017

Figura 3: SOLIDEZ FISCAL

NOTA GERAL NO PILAR (2017)



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados, 2017

O pilar de Solidez Fiscal desse *ranking* de competitividade mostra o Ceará se destacando no cenário nacional como um dos poucos estados que mantém uma rigorosa política de controle e uso eficiente dos recursos públicos, garantindo-lhe a sustentabilidade do equilíbrio orçamentário. Essa solidez fiscal do Estado foi comprovada nos resultados de um estudo recente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-FIRJAN, sobre a situação fiscal dos estados brasileiros. A análise foi feita considerando quatro indicadores calculados a partir de dados oficiais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL), quais sejam: Despesas com Pessoal (ativo e inativo), Dívida, Disponibilidade de Caixa (Caixa menos Restos a Pagar), e Investimentos. Conforme essa medição, o Ceará foi considerado o mais ajustado do país conforme o Índice Firjan de Gestão Fiscal de 2017, relativo ao desempenho fiscal em 2016. (Tabela 01).

TABELA 01 RANKING DA CRISE FISCAL DOS ESTADOS

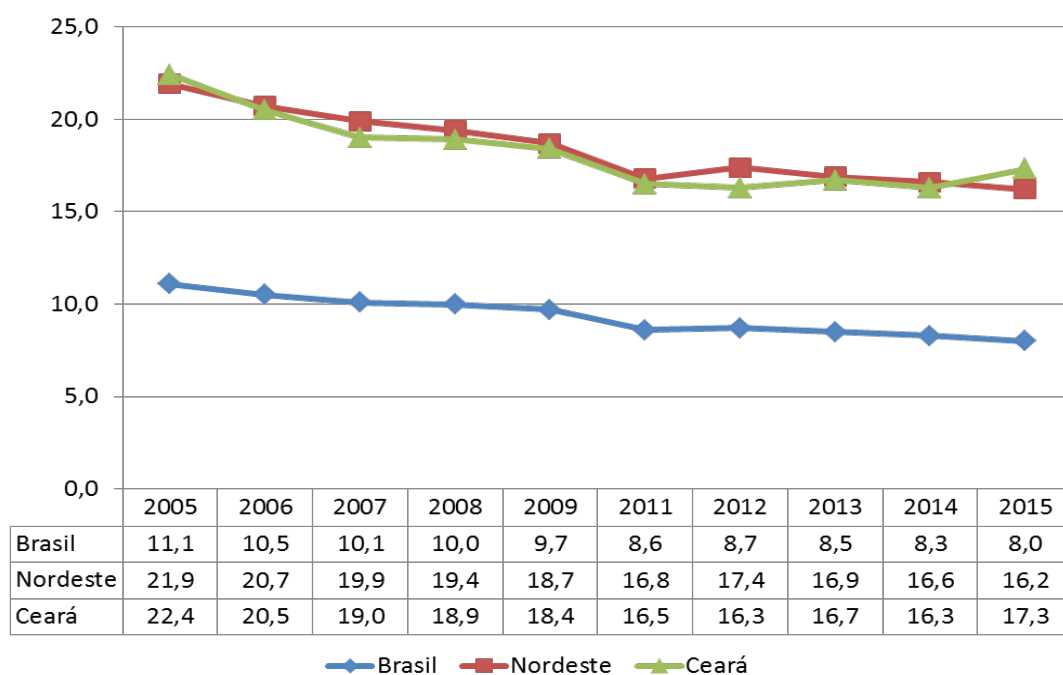
UF	Ranking Geral	Pessoal/RCL		Dívida/RCL		(Caixa - RAP)/RCL		Investimentos/RCL	
		Indicador	Ranking	Indicador	Ranking	Indicador	Ranking	Indicador	Ranking
Média Brasil		58,8%		69,5%		14,4%		5,7%	
RS	1º	76,1%	2º	212,9%	2º	-41,9%	1º	1,8%	1º
MG	2º	78,0%	1º	203,1%	3º	-6,8%	3º	2,8%	4º
RJ	3º	72,3%	3º	232,1%	1º	-24,0%	2º	5,4%	13º
SP	4º	66,0%	7º	175,5%	4º	6,4%	8º	5,0%	11º
GO	5º	56,5%	15º	93,8%	6º	2,2%	6º	2,7%	3º
PE	6º	65,8%	8º	57,9%	10º	6,2%	7º	5,4%	15º
AC	7º	61,6%	11º	72,7%	8º	13,6%	15º	5,5%	16º
SE	8º	48,6%	24º	60,4%	9º	-3,4%	4º	5,4%	14º
RN	9º	67,5%	5º	3,1%	27º	-	-	4,5%	9º
DF	10º	51,6%	21º	29,9%	23º	-0,2%	5º	2,8%	5º
MS	11º	54,2%	16º	77,9%	7º	8,3%	9º	8,1%	24º
MT	12º	67,3%	6º	40,5%	18º	14,0%	16º	6,3%	18º
PR	13º	61,1%	13º	38,8%	19º	16,6%	20º	4,0%	8º
BA	14º	63,4%	9º	55,8%	11º	13,5%	14º	11,0%	26º
AM	15º	54,0%	17º	40,5%	17º	9,8%	10º	6,2%	17º
RO	16º	50,1%	22º	50,1%	13º	14,2%	17º	4,9%	10º
PI	17º	62,1%	10º	45,2%	14º	13,0%	13º	10,7%	25º
RR	18º	44,6%	27º	34,8%	20º	11,8%	12º	3,1%	6º
SC	19º	61,5%	12º	50,2%	12º	14,3%	19º	8,0%	23º
TO	20º	67,8%	4º	33,2%	21º	64,4%	25º	6,5%	19º
PB	21º	57,0%	14º	30,2%	22º	10,6%	11º	7,1%	22º
AL	22º	45,9%	26º	102,9%	5º	20,0%	21º	6,8%	21º
ES	23º	51,9%	20º	26,4%	24º	37,7%	23º	4,0%	7º
AP	24º	47,8%	25º	14,4%	25º	51,2%	24º	2,1%	2º
PA	25º	53,0%	18º	9,3%	26º	33,8%	22º	5,2%	12º
MA	26º	52,9%	19º	42,5%	16º	73,6%	26º	6,6%	20º
CE	27º	49,3%	23º	43,6%	15º	14,3%	18º	11,1%	27º

Também em outras áreas, igualmente relevantes, o Estado vem obtendo resultados auspiciosos. De fato, nos últimos anos, o Ceará evoluiu bastante nos setores de Educação e Saúde, sendo, portanto, dois fatores coadjuvantes valiosos no processo de ampliação dos estoques de capital humano e social do Estado.

Na área de educação, os dados mais recentes da PNAD indicaram melhora da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Estado. Em 2005, o Ceará possuía uma taxa de analfabetismo de 22,4%. Já em 2015, o Estado apresentou um total de 17,3% da sua população acima de quinze anos de idade analfabeta, o que representou uma queda de 5,1 pontos percentuais na taxa (ver o Gráfico 0.1). Os dados mostram ainda que o percentual do Ceará é sempre similar ao do Nordeste, mas é significativamente superior ao do Brasil durante o período analisado.

Ainda pelos dados da PNAD de 2015, observou-se que a evolução da média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, que é um dos indicadores utilizados internacionalmente para medir o nível de escolarização de um país, vem apresentando tendência positiva, muito embora a um ritmo muito lento. Para se ter uma ideia, a escolaridade média da população cearense acima de 25 anos de idade, que era de 5,1 anos em 2005, passou para 6,4 em 2015, enquanto que no período de 2013 a 2015 não se verificou qualquer alteração expressiva no indicador.

Gráfico 02: Taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

Na área de governança pública, o governo tem envidado importantes esforços, com várias iniciativas no sentido de aprimorá-la, destacando-se dentre as mais recentes as seguintes ações: (i) apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação intersetorial; (ii) desenvolvimento de metodologias para planejamento e avaliação dos projetos estratégicos de investimentos do poder executivo do Estado do Ceará; (iii) concepção e

implementação de metodologia de planejamento de investimentos; e (iv) fortalecimento da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas públicas.

A principal motivação para melhorar a governança pública é não apenas garantir maior eficiência e transparência na alocação e aplicação dos recursos públicos, mas também poder atrair um nível maior de investimento privado de qualidade. Estes investimentos continuam sendo críticos em um estado como o Ceará, com as suas carências no cumprimento de funções essenciais como saúde, educação e segurança pública. Além disso, esta nova governança possibilitará atrair recursos privados voltados para a geração de mais e melhores postos trabalho, outro grande desafio do poder público.

No pilar de infraestrutura, o Ceará tem evoluído positivamente. O Estado possui uma localização estratégica privilegiada no contexto geoeconômico nacional e mundial, razão pela qual a infraestrutura portuária constitui um suporte importante para facilitar a integração econômica aos mercados nacional e internacional. Além disso, na configuração atual do Porto do Pecém, as atividades portuárias estão conectadas a um Complexo Industrial, de elevado potencial de expansão de investimentos privados, que incorpora, ainda, uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), a única em funcionamento no País. Essa integração criou uma logística de negócios mais competitivos no Estado, razão pela qual o Governo estadual estará repassando para a empresa holandesa Portof Rotterdam Internacional (PoRin), que administra o Porto de Roterdã (Holanda), a gestão do Porto do Pecém, em parceria com a Companhia de Integração Portuária do Ceará (Cearáportos), que hoje detém, por meio do Governo do Estado, 99,8% do Porto do Pecém.

Certamente o Estado deverá se consolidar como hub logístico, principalmente pelo diferencial competitivo do complexo industrial do Pecém, cuja movimentação de cargas vem crescendo, em média, 25% ao ano e, hoje, chega a 12 milhões de toneladas. A meta do Governo, no entanto, é dobrar esse volume em pouco tempo, tendo em vista que o Porto está a quatro dias de distância da África, a oito dias da Europa e a sete da costa leste dos Estados Unidos, tendo, portanto, localização privilegiada, que, certamente, pode oferecer maior rapidez às exportações marítimas. Essa nova gestão portuária vai gerar impactos importantes em termos de geração de emprego e renda no Estado.

Da mesma forma, o Ceará já dispõe de um Aeroporto internacional, que, atualmente, é o terceiro mais movimentado do Nordeste em número de passageiros, ficando atrás apenas de Salvador e Recife e também é o terceiro do Nordeste que mais movimenta cargas aéreas e correios. Mas essa configuração estratégica do aeroporto está sendo potencializada com a transferência da gestão para a empresa alemã Fraport, que administra o aeroporto de Frankfurt, na Alemanha, e outros aeroportos internacionais. Sob essa nova gestão, espera-se que com os investimentos a serem efetuados o Ceará passe a dispor de um dos aeroportos mais modernos do mundo, podendo ser um grande centro de conexões para receber novos voos, nacionais e internacionais, com mais qualidade, eficiência e conforto para os passageiros.

Convém destacar, por oportuno, que, no mês de setembro de 2017, o Aeroporto de Fortaleza foi escolhido pelas empresas aéreas Air France, KLM e Gol, como o centro de conexões (hub) do Nordeste, fato que vai implicar na ampliação de vôos semanais nacionais e internacionais para o Estado, movimentando fortemente a economia cearense. De fato, com o hub, o Ceará terá três voos semanais para Amsterdã e dois voos para Paris, além de trechos para quatro capitais do Norte e Nordeste (Recife, Salvador, Belém e Manaus) e novo percurso entre Fortaleza e Natal, que antes não havia. Essa iniciativa constitui o primeiro passo para transformar Fortaleza em um grande centro de conexões do País. Vale ressaltar que o IPECE, juntamente com a SDE, estudarão os benefícios econômicos e sociais do hub para o nosso Estado.

Por outro lado, há a perspectiva de integração do Pecém com os polos mais dinâmicos do País, por conta da recuperação e expansão da malha ferroviária e finalização da Transnordestina, que vai ligar as áreas dinâmicas do interior do Nordeste, produtoras de grãos (Sul do Maranhão e Piauí e Oeste da Bahia), frutas (Vale do São Francisco) e gesso (Araripina-PE) com os portos de Pecém-CE e Suape-PE. Outro eixo estratégico de desenvolvimento do Estado poderá surgir através da integração da Transnordestina com a ferrovia Norte-Sul, viabilizando o escoamento da produção da riqueza produzida no Centro-Oeste do País através do Pecém, bem como demais portos nordestinos, os quais dispõem de localização estratégica, mais próxima dos mercados americano e europeu.

Neste contexto de grandes mudanças estruturadoras, cabe um olhar diferenciado para um dos recursos fundamentais para dar sustentabilidade a esse processo de transformação, que são

os recursos hídricos. Na verdade, ações estratégicas estão sendo implementadas no Estado com o objetivo de garantir a sustentabilidade hídrica do Ceará, possibilitando elevar a resiliência do Estado ao fenômeno da seca e, conseqüentemente, criar condições para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Agência UN Water ², a segurança hídrica pode ser definida como a capacidade de uma população para salvaguardar o acesso sustentável a quantidades adequadas de água de qualidade aceitável para sustentar os meios de subsistência, o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico, garantir a proteção contra a poluição hídrica e catástrofes relacionadas com a água e para preservar os ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política.

No últimos anos, foram desenvolvidas políticas públicas de curto prazo na área social, como por exemplo, os programas de transferência de renda e de assistência social, objetivando contribuir com a sustentabilidade econômica da população, atenuando, portanto, os impactos negativos decorrentes dos períodos de seca. Ao lado disso, também tem ocorrido inúmeras intervenções públicas (ações estruturantes) implementadas ao longo dos anos pelo Governo, voltadas, sobretudo, para a ampliação e a melhor gestão da infraestrutura hídrica.

Neste sentido, muitas ações foram e estão sendo efetivadas para amenizar os efeitos da escassez hídrica no território cearense, como por exemplo, a construção de barragens e açudes, a instalação de adutoras, a perfuração e instalação de poços, a implantação de sistemas de abastecimento de água, a transposição do rio São Francisco, a integração de bacias hidrográficas por meio do projeto Cinturão das Águas, entre muitas outras ações.

Portanto, na área hídrica, o principal desafio para os próximos anos é a busca da sustentabilidade hídrica do estado do Ceará, fato que, certamente, vai envolver, intervenções relativas à melhoria da governança do setor dos recursos hídricos, mencionando-se, por exemplo, o desenvolvimento do estudo econômico e social para revisão da estrutura tarifária da Cagece; o projeto de fortalecimento e controle regulatório da ARCE; o desenvolvimento do Plano Estadual de Saneamento Básico e do Sistema de Informações em Saneamento do Ceará. Destacam-se,

² Entidade das Nações Unidas responsável por questões de Água e Saneamento

ainda, ações relacionadas com o fortalecimento do sistema de previsão climática; a melhoria da eficiência no uso da água e da prestação dos serviços; e a ampliação da infraestrutura hídrica.

Na área de energia, o Ceará dispõe também de elevado potencial para aproveitamento de energia eólica, fotovoltaica e de biomassa, garantindo uma matriz energética não poluidora, capaz de atender a qualquer acréscimo de demanda decorrente do crescimento econômico regional. A introdução de fontes alternativas de energia ganhou maior espaço no atual governo, quando a política energética estadual passou a priorizar fontes renováveis de energia, em especial as eólica e solar. Dessa forma, o Governo do Estado tem trabalhado de forma estratégica nas discussões sobre as questões energéticas, por meio da Seinfra e da Secretaria Adjunta de Energia, Mineração e Telecomunicações. Com foco no setor de energias renováveis, a pasta atua na formulação e na implementação de planos estratégicos e de políticas ligadas ao setor, estabelecendo objetivos, diretrizes e estratégias para garantir a atração de investimentos necessários ao desenvolvimento da cadeia produtiva desse setor.

Essa estratégia estadual de aproveitamento dos ventos para geração de energia teve início no final da década de 90, tornando-se o Ceará pioneiro no estímulo à geração de energia eólica no Brasil. Com a implantação dos primeiros parques comerciais, o Estado foi líder em capacidade instalada e em produção desse tipo de energia. O potencial de eficiência do vento para geração de energia no Ceará supera a média mundial e a do próprio País.

Com o atual potencial energético, de 3.197 Megawatts-MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica, o Ceará colabora com a matriz energética do Brasil, uma vez que essa potência está acima do consumo do estado, que é, em média, de 1.800 MW. Essa contribuição do Estado para o sistema energético nacional é possível devido ao Sistema Interligado Nacional-SIN, que faz a interconexão dos sistemas elétricos, por meio da malha de transmissão, propiciando a transferência de energia entre subsistemas. A capacidade instalada de geração do SIN é composta, principalmente, por usinas hidrelétricas distribuídas em dezesseis bacias hidrográficas nas diferentes regiões do país. Nos últimos anos, a instalação de usinas eólicas, principalmente nas regiões Nordeste e Sul, apresentou um forte crescimento, aumentando a importância dessa geração para o atendimento do mercado.

Atualmente, a matriz energética do Estado tem como principal fonte de energia as usinas térmicas, totalizando 34 unidades (pequeno, médio e grande porte), que têm 1.953 MW de potência. Em seguida, vêm as usinas eólicas, que têm capacidade de geração de 1.233 MW. Ao todo, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, são 44 parques eólicos em funcionamento e 21 em construção no Estado. A geração de energia é complementada com usinas fotovoltaicas e pequenas centrais hidrelétricas. Dentre os estados brasileiros, o Ceará está entre os cinco principais geradores de energia eólica do País, de acordo com a ANEEL.

Em termos de perfil econômico, o Ceará já dispõe de uma base industrial relativamente densa, em constante evolução, cuja dinâmica é capaz de gerar encadeamentos produtivos, abrindo possibilidades para o desenvolvimento de novos setores que vão adensar as principais cadeias produtivas do Estado. Nesse contexto, merece ser destacada a atividade da construção civil, dado o seu potencial de impacto em termos de geração de emprego e renda, bem como por sua valiosa contribuição para a formação do produto industrial do Estado. Vale ressaltar, também, que o dinamismo da indústria é capaz de criar novas oportunidades de negócios no setor de serviços, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, logística, saúde e educação.

Outra fonte relevante de dinamismo econômico está ligada ao setor de turismo, que vem registrando expressivo crescimento no Estado, induzindo investimentos estruturadores, para torná-lo mais competitivo, bem como estimulando a presença de investidores estrangeiros que trazem consigo práticas gerenciais compatíveis com a experiência mundial.

Um diferencial competitivo da economia do Estado está relacionado com o potencial para instalação na capital cearense de um centro de transferência de dados de alto tráfego de informações. A expectativa é que Fortaleza se transforme em um hub de fibra ótica, abrigando 18 cabos submarinos de fibra ótica, conectando o País a quatro continentes, com velocidade e capacidade de interligação sem precedentes. Em agosto deste ano, foi lançada a primeira rede de cabos submarinos de fibra ótica, através de parceria com a empresa *Angola Cables*, a partir da qual serão estreitadas as relações comerciais entre a África e a América do Sul, especialmente no setor de tecnologia. Essa parceria prevê também a construção de um moderníssimo *datacenter* em Fortaleza, ao custo de 30 milhões de dólares, que aumentará ainda mais a capacidade de armazenamento e transmissão de dados das empresas da região.

O Estado tem ainda um grande potencial para expansão de negócios por conta de sua extensa faixa litorânea, que possibilita o desenvolvimento de uma nova economia, baseada na exploração das riquezas naturais existentes no mar e na zona costeira. A Economia do Mar, portanto, constitui um desafio para implementação de políticas e práticas integradas com vistas à consolidação de um novo conglomerado produtivo, constituído por setores especializados na exploração sustentável dos recursos naturais que vão movimentar as atividades econômicas que compõem a cadeia produtiva voltada para o mar.

Outra fronteira de desenvolvimento econômico está na área de Saúde, que tem elevado potencial de atração de novos investimentos para diversos segmentos no Estado, especialmente para evolução de tratamentos, avanços tecnológicos e econômicos para o setor de fármacos e medicamentos, e desenvolvimento de pesquisa científica. Por conta disso, estão sendo criados no Estado dois polos industriais e tecnológicos da saúde, sendo um em Porangabussu, que já concentra um número elevado de equipamentos públicos na área de saúde, e outro no Eusébio, onde o Governo estadual tem investido maciçamente com vistas a dotar a área com as condições necessárias para atrair investimentos privados que vão provocar mudanças estruturadoras na região.

O Polo Industrial e Tecnológico da Saúde do Eusébio já tem instalada uma das instituições mais conceituadas do mundo, que é a Fiocruz, que vai atuar como um grande centro de formação de pesquisa, não só para o Ceará, mas para o Brasil inteiro. Esse polo está atraindo outras empresas para se instalar nele, além do entorno que já tem previsto investimentos da iniciativa privada, como hotéis e hospitais. Além disso, vizinho à fábrica da Fiocruz estão em curso as obras da fábrica de vacinas da Fundação Oswaldo Cruz, a Bio-Manguinhos, com investimento de aproximadamente R\$ 700 milhões.

Portanto, apesar da conjuntura adversa nacional, o estado do Ceará já dispõe das condições para crescer rapidamente. Essa possibilidade amplia-se na medida em que se sabe que a economia cearense tem uma vocação natural para o crescimento econômico, uma vez que, historicamente, tem apresentado taxas de crescimento econômico anuais superiores às do Nordeste e Brasil. Este é um elemento importante, pois, apesar de não ser significativo, constitui um indício de que o Estado poderá experimentar níveis mais elevados de expansão econômica nos anos vindouros.

Outro elemento importante refere-se à melhoria de produtividade média, que tem se manifestado em todos os segmentos produtivos do Estado, decorrente do esforço contínuo do Governo do Ceará para a melhoria do capital humano e da infraestrutura, o que tem aumentado significativamente a média de anos de escolaridade no Ceará, com taxas superiores às do Nordeste e do Brasil, além dos investimentos públicos em obras estruturadoras da economia.

Finalmente, merece destaque o elevado potencial de investimentos nos setores de bens de capital, recursos hídricos, especialmente em projetos de dessalinização e reuso de águas, metalurgia e siderurgia, petróleo e gás, agronegócios, que poderiam, se devidamente explorados, impulsionar o crescimento econômico estadual. Também vale mencionar a alta produtividade que os setores têxtil e de confecções e couro e calçados apresentam na economia cearense. A Zona de Processamento de Exportações, situada na área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, também constitui uma fonte relevante de atração de novos negócios para o Estado e está com previsão de ampliação da área alfandegada até o final de 2018.

3. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA UMA ECONOMIA MAIS COMPETITIVA, SUSTENTÁVEL E INOVADORA

O Governo do estado do Ceará considera de suma importância a adoção de medidas para a melhoria do ambiente de negócios, o que significa a estruturação de um ambiente mais adequado, que propicie os incentivos necessários para tornar a economia mais competitiva, inovadora e sustentável. Por essa razão, anuncia as medidas que estão sendo tomadas para melhorar esse ambiente e fortalecer o crescimento da economia cearense.

Os aspectos que envolvem o ambiente de negócios estão classificados, nesse Plano, conforme as áreas elencadas na Figura 02.

Figura 2: Diagrama do Ambiente de Negócios



Negócios

**Economia do
Conhecimento**

**Infraestrutura
Social**

Essas cinco dimensões dão suporte para a melhoria do ambiente de negócios, pois contribuem para orientar e identificar as ações mais efetivas para tornar a economia cearense mais competitiva, de alta produtividade, que incentive o investimento privado e promova a inovação e o conhecimento.

Também elas guardam coerência com o modelo de ambiente de negócios definido pelo Banco Mundial na publicação *Doing Business*³, que analisa a cada ano as leis e regulações que facilitam ou dificultam as atividades das empresas em cada economia do mundo. Dentre os aspectos que mais são considerados nessa publicação, destacam-se os seguintes: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção dos investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio internacional, execução de contratos, e resolução de insolvência.

Portanto, as ações propostas foram estruturadas de acordo com essas dimensões associadas ao ambiente de negócios, particularmente nos tópicos relativos à melhoria do ambiente de negócios, tais como: simplificação tributária, infraestrutura, inovação e capital humano, celeridade em licenciamentos ambientais, facilidades de acesso a linhas de créditos e implantação de planos de concessões.

Além disso, o Plano guarda coerência não apenas com os eixos estratégicos definidos no Plano de Governo, mas também com a lógica de integração e sinergia nas ações que estão sendo executadas pelas diversas Secretarias. Ou seja, todos os órgãos assumem o compromisso único de concentrar esforços no sentido de promover a retomada do crescimento econômico e melhorar o ambiente de negócios.

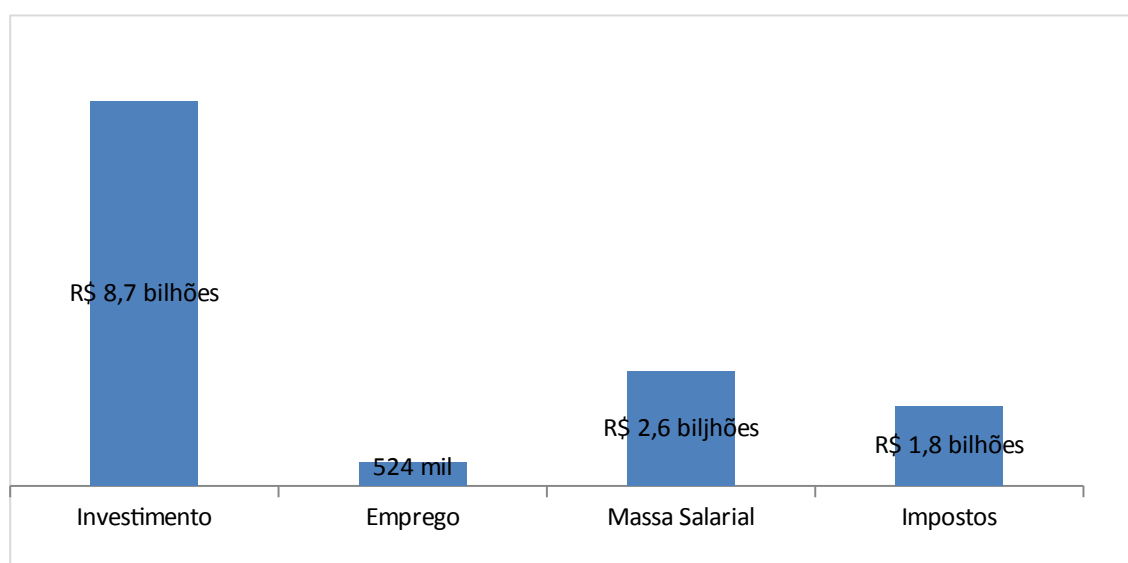
É importante mencionar que o Setor Privado, por meio das suas entidades de classe, elencou uma série de medidas a serem executadas pelos diversos órgãos públicos estaduais, sendo algumas delas de natureza meramente regulatória, visando facilitar o ambiente de negócios, e outras de promoção dos investimentos públicos para potencializar os investimentos de seus associados. É importante mencionar que grande parte das sugestões estão contempladas no Plano.

³<http://www.doingbusiness.org/>

As sugestões de ações governamentais recebidas das secretarias estaduais e dos setores produtivos foram agregadas conforme a finalidade, sendo propostas com a perspectiva de se construir um novo ciclo duradouro de prosperidade no Estado, elencando a ação e o seu respectivo responsável.

O Gráfico 03, abaixo, apresenta as estimativas dos impactos econômicos decorrentes dos gastos de R\$ 8,7 bilhões em investimentos. Para todas as variáveis mensuradas (investimento, emprego, massa salarial e impostos), o efeito total é a soma dos efeitos direto, indireto e induzido. A geração direta está relacionada aos efeitos em um setor quando a sua produção é aumentada. Por sua vez, o efeito indireto quantifica a repercussão em todos os setores em decorrência do aumento da produção em um dado setor, o que se deve às inter-relações que existem no sistema econômico. Já o impacto induzido dimensiona os efeitos em virtude do aumento do consumo das famílias influenciado pelo aumento da renda, dado o maior número de empregos gerados. Assim, a geração direta está associada às características próprias de cada setor, ao passo que os efeitos indireto e induzido dependem de um contexto maior, onde um setor sofre influência de outros, e do modo como esta inter-relação se manifesta.

Gráfico 03: Impacto e desdobramentos dos investimentos anunciados pelo Governo do Estado do Ceará para o Biênio (2017 e 2018)



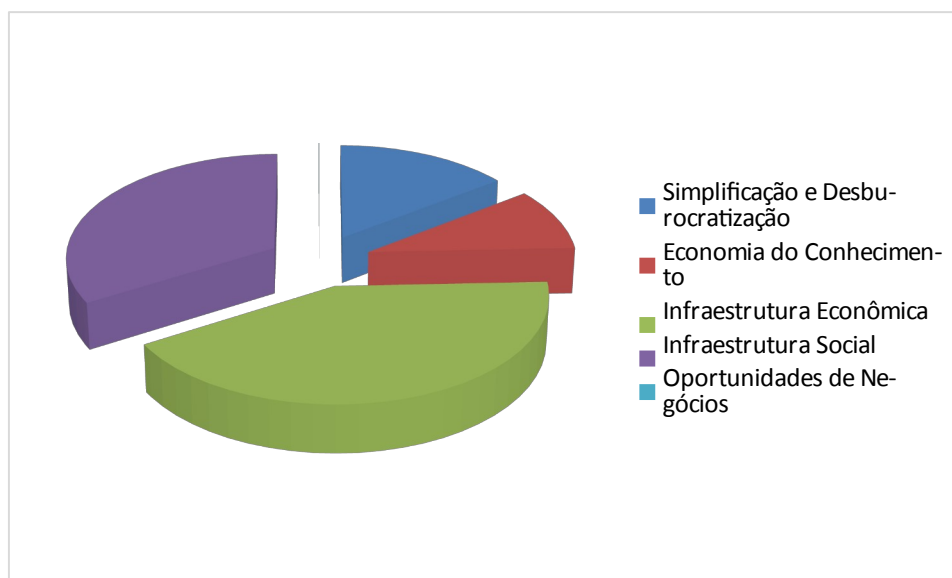
Fonte: IPECE, 2017.

Na sequência, o Quadro 02 e o Gráfico 04 representam a distribuição dos recursos entre as principais dimensões.

Quadro 2: Valores de Investimentos por área de atuação conforme MAPPs aprovados para execução em 2017 e 2018

ÁREA DE ATUAÇÃO	TOTAL DO INVESTIMENTO	QUANTIDADE DE MAPPs APROVADOS
Simplificação e Desburocratização	R\$1.295.616.961,72	239
Economia do Conhecimento	R\$ 843.052.726,33	190
Infraestrutura Econômica	R\$3.688.606.418,27	222
Infraestrutura Social	R\$2.949.729.649,47	519
Oportunidades de Negócios	R\$ 3.281.578,32	18
TOTAL:	R\$8.780.287.334,11	1188

Gráfico 04: Percentual de Investimentos por área de atuação conforme MAPPs aprovados para execução em 2017 e 2018



O próximo tópico traz de forma sistematizada as principais ações governamentais que foram ou serão realizadas no biênio 2017-2018 visando acelerar o crescimento da economia cearense, com mais investimentos e geração de emprego e renda para a população.

3.1. SIMPLIFICAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

A formatação de um ambiente de negócios que considere as melhores práticas de gestão pública, como é o caso do destaque obtido na área fiscal, que se apresenta como a melhor em todo o Brasil e se baseie na continuidade de políticas e de sucessivos anos de bons governos no Ceará, também necessita considerar a simplificação e a desburocratização das atividades do Estado, visando facilitar a abertura e o fechamento de empresas, acelerar os trâmites para concessão de alvarás, registros e licenças, melhorar os sistemas e processos e com uma maior transparência ao cidadão, podendo propor também a redução de carga tributária. Com esse intuito apresentam-se no quadro abaixo as principais ações e investimentos que estão sendo realizados nas áreas de simplificação e desburocratização.

ÓRGÃO	AÇÃO	DESCRIÇÃO
SDE	Criação do Sistema Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI)	Automatiza o processo de concessão de benefícios fiscais no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial no Estado do Ceará e reduz de 180 para 60 dias o tempo médio de concessão do benefício fiscal
SDE	Unificação dos decretos do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI)	Facilita a compreensão e dar transparência à regulamentação dos decretos que orientam a concessão dos benefícios fiscais no Estado. Reduzem de 21 documentos para 1 único decreto
SDE	Criação da CIPP S.A: Lei nº 16.372, sancionada em 10/10/2017, oriunda da mensagem n.º 8163/2017 que altera denominação da Cearaportos, passando a ser chamada de Complexo Industrial e Portuário do Pecém CIPP S.A	Unifica a governança e verticaliza o gerenciamento das atividades e acesso ao investidor, transformando o Complexo Industrial e Portuário do Pecém em uma Sociedade Anônima - S.A (ZPE passa a ser sua subsidiária integral)
SDE	Publicação de Decretos para incentivar instalação de empresas no entorno penitenciário e em unidades prisionais	Concede incentivos fiscais para empresas se instalarem no entorno penitenciário ou em unidades prisionais, possibilitando ressocialização
SDE	Projetos e Estudos de infraestrutura elétrica do Ceará	Publicação do Atlas Eólico e Solar e elaboração do balanço energético do Ceará, possibilitando o conhecimento integral e mapeamento do potencial de geração de energia no território cearense
SEFAZ	Aprovação da Lei de Incentivo aos Centros de Conexões de	Concede tributação diferenciada de ICMS incidente em operações e prestações relacionadas

	voos	com a construção, instalação e funcionamento de centro de conexões de voos - HUB
SEFAZ	Aprovação da Lei de reúso da água	Incentiva o reúso de água através da isenção do ICMS quando das aquisições de máquinas e equipamentos, especialmente afetando o setor industrial com a redução de ICMS na construção, operação, instalação, manutenção, ampliação e modernização de plantas de tratamento de água de reúso.
SEFAZ	Aprovação de Lei de isenção do ICMS - Microgeração e minigeração de energia elétrica	Isenta do ICMS a saída de energia elétrica da distribuidora com destino à unidade consumidora decorrente da microgeração e minigeração de energia elétrica, com base em energia hidráulica, solar, eólica, biomassa, ou cogeração qualificada
SEFAZ	Implementação do Sistema Informatizado de Gestão Tributária - SIGET	Disponibiliza aos contribuintes por meio de portal via internet em tempo real informações quanto ao cumprimento de suas obrigações tributárias e suas pendências junto ao fisco
SEFAZ	Implementação do Módulo Fiscal eletrônico - MFE	Autentica a transmissão do cupom fiscal eletrônico e opera de forma integrada ao aplicativo comercial do contribuinte, oportunizando e regulamentando a realização de comercialização eletrônica
SEFAZ	Automação de controle nas operações interestaduais	Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado
SEFAZ	Implantação da REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios	Possibilita a integração de todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrição, alteração e baixa das empresas, por meio de uma única entrada de dados e de documentos, acessada via Internet, no site da Junta Comercial, o que reduz para 05 dias o processo de abertura / fechamento de empresas
SEFAZ	SISCOEX - Sistema de Controle de Comércio Exterior	Agilidade e segurança na entrega via Internet por meio de acesso seguro dos documentos complementares que comprovem a efetiva exportação e análise eletrônica dessas exportações. A meta é que a liberação da mercadoria importada ocorra em até 72(setenta e duas) horas do desembarço aduaneiro
SEFAZ	Publicação do Decreto da Lagosta	Altera o regime especial de tributação das operações com lagosta, camarão e pescados no Estado do Ceará e estabelece isenção de ICMS em exportações
SEMA	Elaboração do inventário florestal nacional do Estado do Ceará	Permite conhecer os tipos de uso das florestas e sua capacidade de exploração
SEMA	Ampliação do percentual de licenciamento ambiental concedido no prazo legal	Meta de 96 licenciamentos liberados até 2018

3.2. INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

Este eixo, prioritário e fundamental para a dinamização e aumento da competitividade da economia cearense, corresponde ao conjunto de medidas relacionadas com os temas água, saneamento, energia, transporte, logística, telecomunicações, construção civil e outros. A infraestrutura Econômica é uma das áreas essenciais para o funcionamento e evolução da atividade econômica, pois, além de estar relacionada com a vida humana, afeta direta e indiretamente a decisão de investimentos e tem elevada capacidade de gerar emprego e renda.

Essas áreas destacadas são extremamente estratégicas para o Ceará. Marcado por longos e constantes períodos de escassez de água, o Estado carece de um melhor uso desse recurso natural, o que proporcionará ganhos substanciais em competitividade, pois a água é um importante insumo de produção e, acima de tudo, de qualidade de vida e segurança hídrica para a população. Se por um lado o Estado sofre com a falta de água, por outro apresenta uma posição geográfica privilegiada para a produção de energia renovável, principalmente solar e eólica. Essa posição geográfica privilegiada também favorece a logística cearense que já conta com uma infraestrutura de portos e aeroportos satisfatória, podendo apresentar inúmeros ganhos para a população em termos de oportunidade e produtividade.

Abaixo destacamos as principais ações de impacto relevante no âmbito de infraestrutura econômica para o Estado do Ceará.

ÓRGÃO	AÇÃO	DESCRIÇÃO
SDE	Expansão da área de despacho aduaneiro ZPE Setor II	* Cercamento de 150 hectares da área; * Execução de topografia e serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação; * Aquisição de 04 balanças rodoviárias
SDE	Projeto Distrito Empreendedor	* Região do Cariri; * Crateús; * Baturité; * Chorozinho.
SEINFRA	Ampliação da capacidade operativa do CIPP S.A	* Instalação e carregamento de carregadores de placas de aço; * Construção da Ponte II; * Implantação do Terminal Intermodal de cargas; * Recuperação operacional do sistema de descarga e transporte de carvão.

SEINFRA	Projeto Ceará de Ponta a Ponta	<p>Duplicação de Rodovias: CE 293 - trecho de 21,44 km entre Barbalha e Missão Velha; CE 040 - trecho de 32,14 km entre Beberibe e Paripueira; CE 060 - trecho de 33,94 km entre Pacatuba e Redenção; CE 155 - trecho de 20,10 km entre Porto do Pecém e BR 222 (Arco Metropolitano).</p> <p>Restauração de Rodovias: CE 292 - trecho de 37,80 km entre Crato e Nova Olinda (alargamento de plataforma); CE 187 - trecho de 60 km da BR 403; CE 329 - trecho de 27 km da BR 403; CE 138 - trecho de 19 km; CE 178 - trecho de 29,10 km entre Morrinhos e Santana do Acaraú.</p> <p>Implantação de Rodovias: CE 576 - trecho de 8,02 km entre CE 155 e CIPP S.A - Porto do Pecém.</p>
SEINFRA	Ampliação da capacidade de transporte do Sistema Metroviário	<p>Implantação de VLT Linha Parangaba / Mucuripe: Aquisição de VLT; Implementação de sistema de bilheteria.</p> <p>Ampliação de VLT Linha Sul: Aumento de 5,5 horas do horário de funcionamento; Conclusão de Obras Cíveis.</p>
SETUR	Urbanização para potencialização de áreas turísticas	<p>Localidades beneficiadas: Cumbuco, Guaramiranga, Porto das Dunas, Prainha, Itarema, Paraipaba, Paracuru e Acaraú</p>
SETUR	Melhorias e Investimentos em Infraestrutura Turística	<ul style="list-style-type: none"> * Instalação e operacionalização dos aeroportos de Jericoacoara e Aracati; * Reurbanização de Jericoacoara (construção e reforma nos estacionamentos de Preá, Lagoa Grande e Vila); * Implantação e melhorias no sistema de saneamento básico, drenagem e pavimentação do Porto das Dunas; * Recuperação e Modernização do bondinho de acesso à gruta de Ubajara.
SETUR	Implantação, duplicação e melhorias em rodovias de acesso a destinos turísticos	<p>Trechos:</p> <ul style="list-style-type: none"> * CE 187 - Tianguá / Ubajara * CE 187 - Ubajara / São Benedito * CE 040 - Paripueira / Guagiru (ext. 11,7 km) * CE 454 - Pindoretama / Batoque
SEAPA	Construção do Mercado de Flores de Fortaleza	<ul style="list-style-type: none"> * Localidade: Praça Joaquim Távora. * Objetivo: Promover a comercialização de Flores e Plantas Ornamentais de Fortaleza, fornecendo espaço apropriado para comercialização de seus produtos, como também tornando a cidade de Fortaleza em um Centro de referência de comercialização de produtos de Ornamentais.

3.3. INFRAESTRUTURA SOCIAL

Tendo em vista que o Ceará apresenta elevados índices de pobreza e desigualdade, há necessidade de ampliar investimentos em áreas sociais, objetivando alcançar melhores índices de desenvolvimento e, conseqüentemente, melhores condições de vida para a população.

Para facilitar o alcance desse objetivo, o quadro a seguir demonstrará as ações em andamento com destaque nas áreas de Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social.

ÓRGÃO	AÇÃO	DESCRIÇÃO
SCIDADES	Oferta de Unidades Habitacionais de interesse social	* 2017: Meta total de 14.622 Unidades Habitacionais; * 2018: Meta total de 8.284 Unidades Habitacionais.
SCIDADES	Urbanização de rios e áreas degradadas	Localidades beneficiadas: Rio Maranguapinho, Rio Cocó, Dendê, Morro de Santa Terezinha,
SCIDADES	Investimento em infraestrutura de resíduos sólidos	* Construção de 01 central de tratamento de resíduos no interior do Estado; * Construção de 06 estações de transbordo no interior do Estado; * Implantação de centrais de reciclagem em 27 municípios.
SCIDADES	Ampliação da rede de esgotamento sanitário	* Ampliação de 5 redes; * Implantação de 6 redes; * Ligações em 1.000 unidades domiciliares.
SEJUS	Infraestrutura em unidades penitenciárias	* Construção e ampliação de penitenciárias e cadeias públicas; * Aquisição de equipamentos para modernização tecnológica e monitoramento do controle de acesso prisional.
SECITECE	Infraestrutura e acessibilidade em Campi universitários	Reformas e adaptações dos campi da URCA para acessibilidade e mobilidade de deficientes físicos
SRH	Construção, recuperação e ampliação de adutoras	Municípios beneficiados: Alto Santo, Campo Sales, Araripe, Salitre, Palmácia, Parambu, Fortim, Beberibe, Coreaú, Moraújo, Uruoca, Senador Sá e Maranguape
SRH	Construção, recuperação e ampliação de barragens	* Construção: Barragens Germinal, Melancia e Amarela; * Elaboração de Estudos e Projetos: Barragens Fleixeirinha, Poço Comprido, Paula Pessoa e Pedregulha
SRH	Construção do Cinturão das Águas	Trecho I: Lotes I, II, III e IV
SSPDS	Ampliação do Serviço de Policiamento Especializado	* Implantação de 02 Companhias do Batalhão de Divisas; * Implantação de 28 Companhias do BPRAIO; * Implantação de 01 Companhia do CIOPAER;
SSPDS	Reestruturação de Infraestrutura Operacional de	* Implantação de 14 Unidades de Segurança Integrada;

	Segurança Pública	* Implantação de 13 delegacias 24h;
SESA	Expansão e Interiorização do Sistema de Saúde	* Implantação de Policlínicas (Fortaleza, Crato, Maracanaú e Canindé); * Implantação do Hospital Regional Vale do Jaguaribe; * Implantação de Hospital Metropolitano; * Implantação de 16 UPAs.
SESA	Gestão eficiente em Saúde	* Implantação de Centro de distribuição de medicamentos e insumos para a saúde; * Implantação de Centros de Serviços compartilhados (imagens, engenharia clínica e laboratório); * Implantação de Prontuário Eletrônico nas unidades da SESA;
SEMA	Ampliação do gerenciamento integrado de resíduos sólidos	* Elaboração de planos regionais de gestão integrada de resíduos sólidos; * Elaboração de planos regionais de recuperação de áreas degradadas por lixões; * Implementação de planos regionais de coleta seletiva abrangendo mais de 90 municípios do Estado;
SEAPA	Promoção de Assistência Técnica nos territórios dos Sertões dos Inhamuns e Crateús	* Atendimento aos pescadores artesanais do Sertão dos Inhamuns e Crateús; * Fomento da piscicultura familiar; * Capacitação de técnicos e pescadores nos Territórios dos Inhamuns e Cratéus.
SEAPA	Implantação de Sistema de Monitoramento da Aquicultura no Açude Castanhão	Monitoramento da qualidade da água e aspectos zootécnicos nos cultivos de peixes em tanques-rede nos açude Castanhão.
SEAPA	Implementação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - ATEPA nas mesorregiões do estado do Ceará	Fortalecimento das ações voltadas para as áreas da pesca e aquicultura com ênfase na execução, acompanhamento e monitoramento dos projetos de base familiar.
SDA	Projeto São José III	* Implantação de 115 sistemas de abastecimento e 6.960 módulos sanitários. Gerando 4.325 empregos diretos nos canteiros de obras; * Beneficiamento de 63 comunidades rurais com empregos na construção e agricultura; * Implantação de projetos voltados para a cadeia produtiva da Agricultura familiar com aporte tecnológico: fruticultura, apicultura e ovinocaprinocultura.
SDA	Projeto de Incentivo e apoio a produção e comercialização da Palma Forrageira e Forragens	Incentivo à produção e armazenamento de Forragens por meio de treinamento aos técnicos rurais para o setor da pecuária.
SDA	Projeto Paulo Freire	* Assessoria Técnica por 3 anos consecutivos a 30.000 famílias rurais pobres e extremamente pobres de 31 municípios cearenses; * Capacitação em acesso à políticas públicas de 24.800 famílias rurais pobres e extremamente pobres em 31 municípios cearenses; * Implantação de projetos produtivos nas atividades agrícolas e não-agrícolas para a melhoria na renda de 6080 famílias.

3.4. ECONOMIA DO CONHECIMENTO

Não esquecendo do principal objetivo de dar sustentação de Longo Prazo para o Estado do Ceará, a área da Economia do Conhecimento, que engloba inovação, pesquisa e desenvolvimento, capacitação, empreendedorismo e capital humano, surge como transversal, tanto no tocante às áreas e setores, como em relação a importância permanente e emergencial do direcionamento de políticas dessas áreas. A geração de conhecimento é a chave para o desenvolvimento sustentável, razão porque deve ser priorizada como estratégica e dinamizadora, com ações elencadas para execução em um horizonte temporal de curto e médio prazo, com desdobramentos permanentes para o longo prazo.

Elencam-se a seguir, as principais demandas no âmbito de Economia do conhecimento em andamento pelos órgãos estatais. Estas, contribuirão para alavancar o desenvolvimento econômico do Estado.

ÓRGÃO	AÇÃO	DESCRIÇÃO
SDE	Realizar Estudo para Definição e Eficiência do Uso de Água no Setor Agropecuário Cearense - FASE 1	Produzir estudo para estudar as melhores culturas produtivas das regiões e definir indicadores para o uso da água para as regiões do do Bacias Alto, Médio e Baio Jaguaribe, Banabuiú e Salgado
SEPLAG	Implantação de serviços em nuvem	Modernização de infraestrutura estadual para disponibilização e integração de dados por meio de computação em nuvem viabilizados por acordos com multinacionais tecnológicas
SEPLAG	Projeto Cinturão Digital	Ampliação do acesso dos municípios às informações e serviços por meio de infraestrutura tecnológica fornecida pelo Cinturão Digital
SECITECE	Expansão da infraestrutura para fomento à produção científica e empreendedorismo tecnológico	* Revitalização técnica e operacional de Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs; * Expansão de Universidade do Trabalho Digital - UTD; * Operacionalização do Parque Tecnológico; * Melhorias da infraestrutura física e tecnológica da Encubadora da UECE - EncubaUECE.
SEDUC	Construção de Centros de Educação Infantil (CEIs)	Construção 75 novos Centros de Educação Infantil até 2018.
SEDUC	Implantação de escolas de tempo integral	Implantação 74 escolas de tempo integral até 2018;
SEDUC	Expansão da Infraestrutura Escolar do Ensino Médio	* Reconstrução de 15 escolas em Fortaleza; * Construção de 33 novas escolas.

SEDUC	Expansão da Infraestrutura Escolar Profissional	* Implantação de 27 novas escolas
SEDUC	Projeto Jovem do Futuro	* Implementação, em 1300 escolas, do circuito de Gestão para Resultados.
SECULT	Reforma de equipamentos culturais	* Biblioteca pública Bezerra de Menezes; * Museu da Imagem e Sol; * Ampliação do Arquivo Público Central em Fortaleza.
SECULT	Implantação de complexos exibidores de cinema	Municípios de pequeno e médio porte beneficiados em cooperação entre CAIXA, ANCINE e SECULT.

3.5. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

O Governo do Estado do Ceará tem buscado estimular o empreendedorismo e a inovação em todo o seu território. Para isso, busca realizar diversas iniciativas que possam promover o aumento dos investimentos e emprego no Estado, como é o caso, por exemplo do pacote de PPPs e Concessões que o Estado tem buscado lançar e os programas de incentivos fiscais para a implantação, ampliação, modernização e recuperação de empreendimentos no Estado. Portanto, listam-se, a seguir, as principais contratações que o Estado pretende fazer no Biênio, além da apresentação do pacote de PPPs e Concessões e Acordos de Investimentos firmados e protocolados entre empresas e governo. Cabe destacar que essas iniciativas que estão sendo tomadas pelo Governo do Estado vão abrir um grande leque de novas oportunidades de investimentos no Estado, constituindo-se, portanto, em relevante fator de atratividade para os investimentos estrangeiros.

O Estado do Ceará proporcionou, entre 2015 e 2017, a atração de mais de R\$ 10 bilhões de investimentos com a geração de mais de 6 mil empregos e, estima, para os anos 2018 e 2019, conforme os protocolos assinados, mais 2735 empregos nas industriais com pleito de incentivo e mais R\$ 6 bilhões em investimentos no Estado por conta do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

Quanto aos **Incentivos Fiscais**, É importante ressaltar que o Governo estadual tem prospectado empresas para se instalarem no Estado, dando incentivos fiscais para cerca de 360 empresas por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI. O índice de empregabilidade representou, em 2015, cerca de 32% de toda a mão de obra industrial do Estado.

Quadro 03: Empresas incentivadas - Investimento e Emprego (2015 - 2019)

EXERCÍCIO	QUANTIDADE / RESOLUÇÕES	INVESTIMENTOS PRIVADOS (R\$)	EMPREGO DIRETO
2015	22	146mi	1.519
2016	15	9,7bi	3.342
2017	7	23,7mi	1.564
2018/2019	34	6,4bi	2735
TOTAL	78	16,3bi	9.160

FONTE: SDE, 2017

NOTA: Os valores referentes aos exercícios 2018 e 2019 são estimados conforme protocolos assinados até Outubro de 2017.

O Ceará 2050 retrata o fortalecimento do planejamento estadual de longo prazo. Também é um dos destaques, unindo-se a uma consultoria de definição de setores estratégicos, em contratação pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, que visa definir setores estratégicos de atuação e dinamização produtiva do Estado, com a definição de vocações e uma estrutura de governança que possa dar suporte a esse modelo econômico. Assim, o Ceará 2050 visa planejar o desenvolvimento do Estado para os próximos 32 anos com a intenção de levar a economia cearense a um lugar de protagonismo em relação ao Brasil e ao mundo.

Ainda em relação às principais oportunidades de negócios apresentadas pelo Estado, elencam-se abaixo os principais ativos e equipamentos estaduais que estão sendo direcionados para o Plano de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões- São instrumentos de longo prazo com crescente importância no cenário atual. Tais instrumentos possibilitam a transferência de riscos da gestão de ativos do Estado para parceiros privados que detenham melhor capacidade em gerenciá-los, com potenciais ganhos de eficiência e inovação. O pacote de PPPs e Concessões do Estado do Ceará foi fundamentado em estudo e acordo de cooperação técnica entre o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Governo do Estado do Ceará. Tal estudo indicou uma carteira de

projetos prioritários com base nos seguintes requisitos principais: a) na atratividade dos equipamentos para o investidor privado, avaliando o potencial de retorno econômico e riscos associados à demanda; e b) na atratividade da outorga para o Estado, avaliando o potencial de geração de atividade econômica, alinhamento com as prioridades estratégicas e potencial fortalecimento da situação financeira do Estado.

ÓRGÃO	AÇÃO	DESCRIÇÃO
SDE	HUB Industrial e Tecnológico da Saúde	Desenvolvimento tecnológico por meio da sinergia das empresas com a academia e o setor público. Localidades: Eusébio e Porangabussu.
SDE	HUB Aeroportuário	* Concessão do Aeroporto Pinto Martins - FRAPORT; * Modernização e ampliação de infraestrutura; * Novos voos internacionais; * Centro de conexões de voos domésticos.
SDE	HUB Portuário	* Criação da CIPP S.A.; * ZPE Ceará primeira e única zona de livre comércio em operação no país; * Ampliação da ZPE (setor II); * Aumento de exportações de produtos industrializados; * Acordo com o Porto de Roterdã para gerenciamento da CIPP S.A.;
SDE	Produção e operação de Energias Renováveis	* Criação do Fundo Estadual de Energias renováveis; * Publicação do Plano de Energias Renováveis; * Decreto do Fundo de Incentivo à Produção, Distribuição e Comercialização de Energias Renováveis; * Mapeamento de potencial de energias Eólica e Solar - Atlas.
SDE	Polos Econômicos Setoriais	* Químico de Guaiuba: Contemplará os setores de plástico e embalagens, cosméticos e maquiagens e tintas e verniz, com capacidade inicial para abrigar 25 empresas; * Metal Mecânico Vale do Jaguaribe: Localizado em Tabuleiro do Norte, irá concentrar e dará assistência aos serviços automotivos de carga pesada com produção industrial de peças, ferramentas e máquinas.
SDE	Modernização dos Incentivos Fiscais	* Unificação dos Decretos; * Automatização do processo - Sistema FDI; * Criação de novos programas beneficiando novos setores; * Sinergia entre SEFAZ e SDE na análise, avaliação e concessão de benefícios fiscais.
SECITECE	HUB de Dados	* Conexão de cabos de fibras óticas interligando o Ceará ao mundo; * Cinturão Digital interligando os municípios; * Operacionalização do Datacenter da Angola Cables; * Ampliação de vocação para atração de novos datacenters.

SEPLAG	Concessões e Parcerias Público-Privadas	<ul style="list-style-type: none"> * Sistema Metroviário; * Arena Castelão; * Centro de Formação Olímpica; * Reúso de água; * Aeroporto Orlando Bezerra - Juazeiro do Norte; * Aeroporto de Jericoacoara; * Aeroporto de Aracati; * Planta de dessalinização; * Centro de Eventos do Ceará; * Centro de Eventos do Cariri; * Acquário; * Placas Solares - Eixão das Águas - Energia Fotovoltaica; * Placas Solares - COGERH; * Rodovia CE-040; * Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A.; * CEGÁS.
--------	---	---

4. COMENTÁRIOS FINAIS

O Plano de Ações de Curto Prazo para Estimular o Crescimento da Economia Cearense foi elaborado com a intenção de criar uma ambiência de cooperação e integração entre as entidades privadas e o poder executivo do Governo do Ceará com o objetivo principal de dinamizar a economia cearense, considerando o atual momento de grandes incertezas econômicas nacionais.

Representa o esforço governamental para estimular a retomada do crescimento econômico, considerando, principalmente, a capacidade do poder público em influenciar nesse processo através das ações de natureza orçamentária. Ao mesmo tempo, este Plano inclui um conjunto de medidas sugeridas pelo setor empresarial, formuladas a partir de articulação realizada através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE com os diversos representantes do setor produtivo do Estado, como Federação das Indústrias do Estado do Ceará-FIEC, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará-FAEC, Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária do Ceará-FACIC, Federação do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo do Estado do Ceará-FECOMÉRCIO-CE e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará-SEBRAE-CE.

À publicação do documento, sucederá um decreto nomeando um Comitê para organização, gestão, monitoramento e avaliação das ações indicadas para garantir que cada ação proposta seja efetivamente implementada.

Constam as ações mais representativas em termos de valor e de impacto na economia. São elas que influenciarão mais intensamente na expansão da economia no curto e médio prazo, visando a retomada do crescimento e a criação de um ambiente de negócios favorável para a manutenção de taxas elevadas de expansão em um horizonte temporal de longo prazo.

A implementação dessas ações conta com o firme apoio do Governador Camilo Santana, que entende que o momento é de unir forças e oferecer à população iniciativas que possam melhorar, de fato, a vida do povo cearense.

Para elaboração desse plano de ações, foi imprescindível a participação dos Secretários estaduais, bem como dos representantes das entidades empresariais que contribuíram com as sugestões das ações governamentais necessárias para a retomada do crescimento econômico.

O Poder Executivo do Estado do Ceará assume o compromisso de executar as ações aqui elencadas, garantindo que as mesmas serão priorizadas nas agendas de trabalho para 2017 e 2018 das Secretarias envolvidas.